



# CONTRA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim quinzenal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 01, Nº 12 - 1º de Novembro de 2011

## A educação no Brasil e os 10% do PIB para a educação pública já!

*Durante o Governo Lula e Dilma, o Brasil passou da décima para a sétima economia do mundo. No entanto, nestes mesmos governos, o Brasil praticamente não avançou em problemas elementares da educação, como o fim do analfabetismo e o acesso à educação básica. Nesta quinzena, o Contra-corrente é dedicado à análise do Plano Nacional da Educação (PNE) e à Campanha dos 10% do PIB para a Educação Pública já!*

Por Fernando Antônio Soares dos Santos (Nando Poeta), professor e sociólogo e Nazareno Godeiro, pesquisador do ILAESE, ambos da Coordenação Nacional do ILAESE.

**O** que retrata melhor um país: ser a sétima economia mundial ou o terceiro país com a pior distribuição de renda do mundo?

Um PIB de 2 trilhões de dólares ou ter 14 milhões de analfabetos e 30 milhões de analfabetos funcionais?

Ficar feliz com o fato de que “apenas” 12% da população branca acima de 7 anos é analfabeta, ou ficar revoltado quando se percebe que este número cresce para espantosos 59,4% entre os negros?

Se orgulhar com o fato de que o governo do seu país planeja enviar dinheiro para salvar os banqueiros europeus ou se contrariar quando este mesmo governo ainda não resolveu o problema mais elementar da educação: o acesso ao ensino básico?

Este é o Brasil, o reino das contradições e dos extremos.

Com o objetivo de contribuir para a Campanha e o Plebiscito dos 10% do PIB para a educação pública já, o Contra-corrente apresenta uma

parte do mais recente estudo do ILAESE sobre o II PNE, particularmente sobre a questão do financiamento.

O ensino básico no Brasil é universal?

Quais as razões do fracasso do I PNE?

É possível investir 10% do PIB?

O que esta verba poderia mudar na educação brasileira?

As respostas a estas questões são nosso voto no Plebiscito Nacional que ocorrerá de 06 à 30 de Novembro.



Assine

CONTRA-CORRENTE

Anual (24 edições):

5X R\$ 200

Semestral (12 edições):

3X R\$ 200

Trimestral (06 edições):

2X R\$ 200

ilaese@ilaese.org.br

# Um PNE para 2130?

## A dramática situação da educação no Brasil

*O principal problema da educação pública brasileira é o baixo financiamento. Com o ritmo de expansão do ensino durante os governos FHC e Lula, metas do II PNE só serão alcançadas em 120 anos!*

**O** analfabetismo, um problema já superado mesmo em alguns países da América Latina, é um dos retratos da crise da educação brasileira.

Nós temos 14 milhões de analfabetos (IBGE, 2009) e 30 milhões de analfabetos funcionais.

O analfabetismo não é apenas decorrente da baixa qualidade da educação, mas de um problema ainda mais grave: a simples falta de acesso ao ensino de nível básico.

### O ensino básico no Brasil é universal?

À exceção do Ensino Fundamental, em que 94% dos alunos estavam matriculados em 2009, a educação no Brasil está longe de ser universal.

Entre as crianças de 4 a 6 anos, 42% não têm acesso à pré-escola, o que equivalia a cerca de 4 milhões de crianças em 2009.

Já no Ensino Médio, a frequência é ainda pior. Simplesmente a metade está fora da escola, quase 5 milhões de jovens entre

15 a 17 anos.

E entre as crianças de 0 a 3 anos, chegamos quase no fundo do poço: somente 18% estavam em creches no ano de 2009, isto significa 10 milhões de crianças, evidentemente as mais pobres.

O fundo do poço é o Ensino Superior. Somente 14% dos jovens entre 18 e 24 anos conseguem entrar na universidade, ficando de fora dele outros 21 milhões.

No total, são assustadores 41,5 milhões de crianças e jovens entre 0 e 24 anos fora das creches, escolas e universidades.

Como o Brasil possui, segundo o Censo de 2010 do IBGE, uma população de 80 milhões de pessoas entre 0 e 24 anos, mais da metade da população em idade escolar não tem acesso à educação no Brasil, negando todas as leis constitucionais que deveriam garantir uma educação pública, gratuita e universal.

### O governo do PT é diferente?

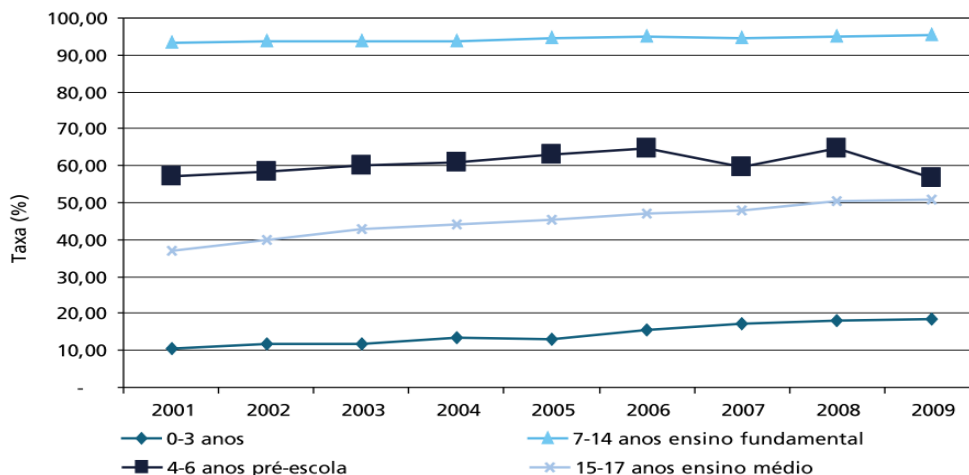
Se é verdade que estes problemas são históricos, também é verdade que estes níveis baixíssimos de acesso ao ensino praticamente não muda-

ram durante todo o governo Lula, segundo dados do próprio IPEA.

**Se os próximos governos mantiverem o mesmo “desempenho” do PT, demoraremos cerca de 120 anos para termos 100% dos jovens de 15 a 17 anos no ensino médio; 48 anos para termos 50% das crianças de 0 a 3 anos com acesso às creches.**

Na pré-escola, este problema seria resolvido em “apenas” 20 anos. Mas o Ensino Superior precisaria de 45 anos para atingir os 33% de jovens de 18 a 24 anos. ●

Taxa de frequência líquida à escola, por faixa etária e etapa da educação básica – Brasil – 2001-2009



Fonte: Núcleo de Informações Sociais da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc)/Ipea, a partir dos microdados do Censo Escolar.  
Elaboração: Disoc/Ipea.

# Quais as razões do fracasso do I PNE?

*Os Governos FHC e Lula foram reprovados no “Exame Nacional de Valorização da Educação Pública”*

**N**ão custa lembrar: a Constituição Federal de 1988 garante uma educação pública e gratuita, como atesta o Artigo 208.

O Balanço do I PNE sequer garantiu as normas constitucionais estabelecidas há 25 anos.

Verificando o atraso na educação brasileira visto acima, o PNE 2001/2010 se comprometeu com um salto na educação, mas fracassou nas principais metas.

O fracasso do I PNE se deveu ao baixo investimento realizado por FHC (que vetou a meta de gastar 7% do PIB na educação), que continuou com Lula, durante seus oito anos de mandato.

O crescimento do investimento em educação foi de 0,06% ao ano entre 1998 e 2009. Nesta velocidade, apenas em 2089 se chegaria em 10% do PIB, após 80 anos!

## Os (ir)responsáveis

O Governo Federal é responsável por apenas 0,9% do investimento em Educação, do total de 5% investido em 2009.

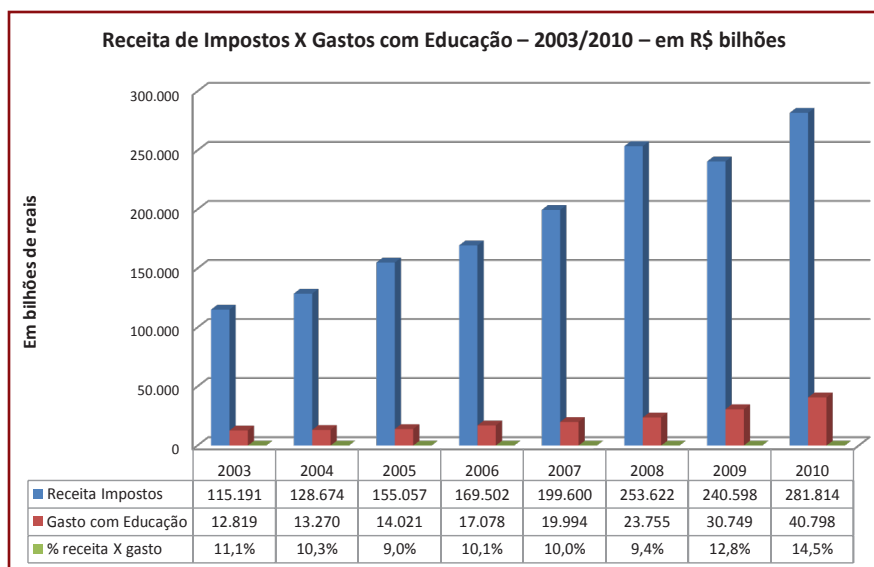
Tema	Situação em 2000	Meta I PNE (2010)	Situação em 2010	Meta II PNE (2020)
Repetência	11%	5,5%	12%	sem meta
Analfabetismo	12%	0,0%	9,7%	0,0%
Evasão Escolar	10%		13,2%	sem meta
Matrícula Universidade Pública	29%	40%	25%	sem meta
% do PIB em Educação	4%	7%	5%	7%
Atendimento crianças de 0 a 3 anos - Creches	10,6%	50%	17,1%	50%
Ensino pré-escolar 4 a 6 anos	65,5%	100%	77,6%	100%
Ensino fundamental 7 a 14 anos	96,5%	100%	97,6%	100%
Ensino Médio 15 a 17 anos	47%	100%	50,9%	100%
Atendimento Ensino Superior	10%	30%	14,4%	33%
Analfabetismo Funcional	27%	14%	20,3%	10%

Sem mudar substancialmente os investimentos do Governo Federal na Educação, é impossível garantir os 10% do PIB para o setor.

O Governo Lula descumpre até a Constituição do País. O gráfico ao lado mostra que o Governo Lula descumpru a

norma constitucional (artigo 212 da CF de 1988) que determina a aplicação

mínima para a Educação em 18% das receitas de impostos. ●



# É possível investir 10% do PIB em educação pública já?

*Em 2010, teriam sido necessários R\$ 367 bilhões para atingir os 10% do PIB. De onde sairiam estes recursos? A proposta da CNTE/CONAE e UNE de usar 50% das receitas do pré-sal é insuficiente.*

**O** valor de 50% do Fundo Social que está sendo criado para gerir os recursos advindos da camada do pré-sal pode render, segundo avaliações preliminares, R\$ 7,5 bilhões por ano.

Como se vê, defender esta solução como fonte suplementar de financiamento da educação significa, na prática, não defender os 10% do PIB para a educação.

No entanto, é possível atingir este nível já em 2012? Seria possível investir até muito mais, com seis medidas.

## 1. A Dívida pública, sempre ela

Suspender o pagamento das dívidas interna e externa (que já alcançam, juntas, R\$ 3 trilhões de reais) aos grandes bancos e utilizar estes volumosos recursos para a educação, a saúde e os serviços sociais.

Somente em 2011, o Governo Federal pagará,

aproximadamente, R\$ 950 bilhões aos banqueiros, cerca de 25% do PIB!

## 2. Fim das isenções

Arrecadar R\$ 137,2 bilhões de reais com o fim dos benefícios e isenções fiscais para os grandes empresários; este valor corresponde aos incentivos e isenções fiscais do governo Dilma em 2011 e representam 3,53% do PIB, segundo o IPEA.

## 3. Reforma Fiscal

Impor um imposto sobre as grandes fortunas brasileiras, com destinação de 10% dos seus rendimentos anuais para a educação.

## 4. Imposto sobre lucro líquido

Uma medida simples e eficaz, sem prejuízo social, é destinar 25% do lucro líquido das 500 maiores empresas e bancos instalados no Brasil para o setor da educação. Correspondeu a R\$ 53 bilhões de reais em 2010 ou 1,5% do PIB.

## 5. “Lei de Responsabilidade Social”

Aumento dos recursos vinculados da União de 18% para 25% e de 25% para 30% nos Estados e Municípios, da receita de impostos, taxas e contribuições para a Educação.

## 5. Taxação sobre remessa de lucros e juros

Cobrar das empresas e bancos multinacionais um imposto de 25% sobre a remessa de lucros e juros para o exterior.

Boa parte do capital estrangeiro que está entrando no Brasil tem um objetivo de especular com o real/dólar.

É mais do que justo que uma parte destes recursos fique no Brasil para financiar a Educação do povo brasileiro.

Em 2010, o total dessas remessas foi de cerca de R\$ 60 bilhões, portanto, deixaria no Brasil um valor de R\$ 15 bilhões ou 0,4% do PIB.

Estas seis medidas permitiriam financiar de sobra a educação sem ter que utilizar os royalties do pré-sal ou da mineração, que poderiam ser usados para recuperar o meio ambiente e as condições de vida nas comunidades afetadas.

## O que os 10% do PIB em educação pública podem garantir?

Em termos de acesso, os 10% do PIB de fato podem garantir uma educação pública universal.

A elevação dos gastos se daria nas duas pontas do sistema: na educação infantil e no ensino superior, onde está mais defasada a oferta de matrículas.

Com isso, seria possível criar cerca de 30 milhões de novas matrículas

Seriam 16 milhões na educação infantil e pré-escolar (0 a 5 anos), 4 milhões no ensino médio e 10 milhões no ensino superior. ●

## EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação quinzenal elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Editor responsável: Daniel Romero. Praça Padre Manuel da Nóbrega, 16 - 4º andar. Sé - São Paulo-SP. CEP: 01015-000 - (11) 7552-0659 - [ilaese@ilaese.org.br](mailto:ilaese@ilaese.org.br) - [www.ilaese.org.br](http://www.ilaese.org.br).